



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

VIRGÍNIA DE OLIVEIRA RABELO

**AVALIAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES DE LEI RELACIONADAS AO MEIO
AMBIENTE – O CASO DO BRASIL**

**Brasília
2006**

VIRGÍNIA DE OLIVEIRA RABELO

**AVALIAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES DE LEI RELACIONADAS AO MEIO
AMBIENTE – O CASO DO BRASIL**

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)
como pré-requisito para obtenção de
Certificado de Conclusão de Curso de
Pós-graduação *Lato Sensu* Gestão
Ambiental.

Orientador: Prof. Valdir Adilson Steinke

**Brasília
2006**

VIRGÍNIA DE OLIVEIRA RABELO

**AVALIAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES DE LEI RELACIONADAS AO MEIO
AMBIENTE – O CASO DO BRASIL**

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)
como pré-requisito para obtenção de
Certificado de Conclusão de Curso de
Pós-graduação *Lato Sensu* Gestão
Ambiental.

Orientador: Prof. Valdir Adilson Steinke

Brasília, 20 de dezembro de 2006

Banca examinadora

Prof. Valdir Adilson Steinke

Profa. Dra. Tânia Cristina S. Cruz

Dedico este trabalho, carinhosamente a minha família (Ademar, Lola, Jane, Viviane, Luisa, Ademar Júnior e Bilmar) pelo incentivo e o aconchego nos meus momentos mais difíceis.

Agradecimentos

A minha filha Luisa;

Aos meus queridíssimos amigos Arruda, Marcus, e Thiago pelo privilégio de dividirmos momentos tão felizes e gratificantes;

A minha querida professora Tânia Cruz pelo exemplo de altivez e carinho e ao Professor Gilson Ciarallo pela paciência e dedicação.

Ao meu orientador Valdir pela paciência e incentivo;

Aos meus professores pela competência com que ministraram suas aulas;

A Clélia, minha parente, pelo exemplo de luta;

Aos meus amigos do gabinete pela paciência e colaboração;

Ao Luis Otávio pelo apoio e colaboração

A minha amiga Giani pelo incentivo;

Ao Professor e Deputado Federal Colombo por me inspirar a buscar cada vez mais o conhecimento e pelo seu exemplo de vida.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo principal a realização de um levantamento sobre todas as proposições apresentadas na Câmara dos Deputados no período de 1992 a 2006, visando analisar a influência da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento ECO 92. A questão básica que suscitou o interesse para este estudo foi à necessidade de verificar a importância dada à questão ambiental, no momento em que o Brasil (1992) sedia uma Conferência de extrema importância para a causa ambiental.

Palavras-Chave: Conferência Nações Unidas, meio ambiente, desenvolvimento sustentável

ABSTRACT

The present work had like main objective the achievement of a hoist about all the propositions presented in the Chamber of the Representatives in the period of 1992 to 2006, aiming at analyze the influence of the Conference of the United Nations for the Environment and the Development ECO 92. The basic question that stirred up the interest for this I study was to the need of verify the given importance to the environmental question, in the moment in that Brazil (1992) hosts a Conference of extreme importance for the environmental cause.

Key Words: Sustainable development. Enviromental. United Nations Conference on Environment and Development.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 1 PANORAMA HISTÓRICO POLÍTICO-AMBIENTAL BRASILEIRO DE 1992 | 14 |
| 1.1 O MEIO AMBIENTE NO BRASIL | 17 |
| 1.2 MEIO AMBIENTE NO CONGRESSO NACIONAL | 19 |
| 2 O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL | 21 |
| 2.1 A DÉCADA DE 70: A BASE DO AMBIENTALISMO MODERNO | 21 |
| 2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ORIGENS E FILIAÇÕES IDEOLÓGICAS..... | 21 |
| 2.3 A DÉCADA DE 80 E A DEFINIÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL | 23 |
| 2.4 A DÉCADA DE 90 E A IMPLEMENTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL | 25 |
| 2.5 A GESTÃO AMBIENTAL VIABILIZANDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL | 27 |
| 3 MATERIAIS E MÉTODOS..... | 29 |
| 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO..... | 30 |
| CONCLUSÃO | 38 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 40 |

ÍNDICE DE GRAVURAS

| | |
|--|----|
| <i>FIGURA 1- DISTRIBUIÇÃO DE PROJETOS POR UF – PERÍODO 1992 A 2006. ELABORAÇÃO: VALDIR A. STEINKE E VIRGINIA RABELO</i> | 32 |
| <i>FIGURA 2- DISTRIBUIÇÃO DE PROJETOS POR UF E POR PARTIDOS POLÍTICOS COM MAIOR NÚMERO DE PROPOSTAS – PERÍODO 1992 A 2006. ELABORAÇÃO: VALDIR A. STEINKE E VIRGINIA RABELO</i> | 33 |
| <i>GRÁFICO 1- TOTAL DE PROJETO DE MEIO AMBIENTE APRESENTADOS DE 1992 A 2006. FONTE: CEDI – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS</i> | 34 |
| <i>GRÁFICO 2- EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO DE PROJETOS APRESENTADOS 1992 - 2006. FONTE: CEDI – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS</i> | 35 |

LISTA DE SIGLAS

Proposições

PEC Proposto de Emenda à Constituição

PLP Projeto de Lei Complementar

PL Projeto de Lei

PDC Projeto de Decreto Legislativo

PRC Projeto de resolução da Câmara dos Deputados

SUG Sugestão

PFC/RLP Proposta de Fiscalização e Controle/Relatório Final

TVR Indicação de Concessão de Rádio e Televisão

MSC de Acordos Internacionais Mensagem do Executivo encaminhando Acordo Internacional para ratificação pela Câmara dos Deputados pelo Senado Federal

REC Recurso

CON Consulta

RDF Redação Final

MPV Medida Provisória

PLV Projeto de Lei de Conversão

Partidos políticos

PT Partido dos Trabalhadores

PSB Partido Socialista Brasileiro

PDT Partido Democrático Trabalhista

PV Partido Verde

PSOL Partido Socialismo e Liberdade

PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRONA Partido da Reedificação da Ordem Nacional

PMR Partido Municipalista Renovador

PSDB Partido da Social Democracia Brasileira

PFL Partido da Frente Liberal

PTB Partido Trabalhista Brasileiro

PC do B Partido Comunista do Brasil

PPS Partido Popular Socialista

PSC Partido Social Cristão

PL Partido Liberal

PP Partido Progressista

PRP Partido Republicano Progressista

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais tornou-se inevitável não se deparar com questões relacionadas ao meio ambiente. O tema passou a fazer parte do cotidiano das pessoas: em casa, no trabalho, na implementação de um novo projeto em uma determinada empresa, na formação educacional, profissional, em todos os segmentos tem-se a necessidade e a obrigação do tratamento da questão ambiental com seriedade, cuidado, buscando-se, acima de tudo, a maneira de correta de viabilizar um processo de preservação.

Neste sentido, a preservação do meio-ambiente deixou de ser de competência apenas das autoridades para se transformar num dever de todos: torna-se fundamental a participação dos governantes, das instituições ligadas à causa ambientalista e, principalmente da sociedade civil, uma vez que o interesse na preservação ambiental não é unilateral.

A Conferência de Meio Ambiente de Desenvolvimento da ONU de 1992 (ECO-92) que aconteceu no Rio de Janeiro em 11 de junho de 1992, fez com que o Brasil voltasse sua atenção para o tema, reunindo representantes do mundo todo, onde buscavam ferramentas para conceber uma nova forma de sustentabilidade que atendesse a atual e as futuras gerações.

Naquela ocasião o Secretário Geral da Organização Meteorológica Mundial (OMM), G.O.P. Obasi afirma em seu discurso que:

a civilização experimentou duas importantes, revoluções não-políticas ao longo da sua história: A Revolução Agrícola, quando os povos modificaram o estilo de vida nômade, caracterizado pelo deslocamento de uma localidade para outra, na procura por alimentos, para um estilo baseado na agricultura e a Revolução Industrial, baseada na utilização de máquinas e combustíveis fósseis, o que conduziu a substanciais concentrações humanas nas cidades, no transporte de alimentos em grande escala, a crescente importância da ciência e tecnologia, e da multiplicidade de formas de lazer. Um fator básico em ambas as Revoluções evidenciou, a impossibilidade da manutenção dos estilos de vida anteriores, das necessidades e anseios da população. Cada revolução esteve associada, ao aumento da poluição do solo, água e atmosfera.

O mesmo autor afirma ainda, em mesmo discurso que:

estamos no limiar de outra grande revolução, que denomina de Revolução Ambiental. Estará associada a um decréscimo da poluição do solo, água e da atmosfera. Os conceitos chave desta Revolução são sustentabilidade e suficiência. Os novos volumes de informação e a velocidade com que podem ser interpretados auxiliará na identificação dos problemas e na obtenção de soluções.

Dentro dessas perspectivas, com as nações, direcionando ações políticas para os aspectos da conservação e equilíbrio da biodiversidade em seus países, por acordos internacionais, é importante que se faça uma leitura de como os nossos governos tem atuado nessas questões.

Portanto, este trabalho tem como finalidade demonstrar proposições apresentadas pelo Congresso Nacional no período de 1992 a 2006, pós ECO-92.

O enfoque principal é verificar através de dados coletados no Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados (CEDI) fontes bibliográficas que apresentam informações sobre o aumento das proposições apresentadas sobre o Meio Ambiente como consequência da ECO-92.

Cabe o alerta de que a presente pesquisa exclui tanto as proposições apresentadas pelo Poder Executivo, quanto indicações, mensagens ou aquelas

apresentadas pelas comissões. O levantamento tem como escopo apenas as proposições apresentadas por deputados federais e senadores.

Não se pode desviar de um tema tão fascinante e complexo que é o ambiental. O fato de ser transversal o torna mais cativante e desafia a busca de novas fontes de informações, com a utilização das inúmeras ferramentas disponíveis nos meios eletrônicos, literários, veiculados em todos os momentos pela mídia nacional e internacional. Dessa forma, uma ferramenta utilizada no trabalho foi o Sistema de Informação Geográfica – SIG, o qual teve a função de espacializar os dados coletados sobre o território nacional, o que possibilitou a análise por unidades da federação e regiões.

1 PANORAMA HISTÓRICO POLÍTICO-AMBIENTAL BRASILEIRO DE 1992

Não existe, em todo planeta, um ecossistema que não tenha sofrido influência direta ou indireta do homem, tais como a contaminação dos ambientes aquáticos, desmatamentos, contaminação do lençol freático, poluição.

O crescimento econômico dos últimos trinta anos multiplicou por quatro o desgaste dos recursos naturais disponíveis em dimensão planetária, gerando nesse curto espaço de tempo perdas sem precedentes (STRONG, 1992).

CAMARGO (2002, p. 132) sugere que “apesar dos inúmeros tratados assinados de Proteção Internacional do Meio Ambiente, no que concerne à prática da cautela com o meio ambiente mundial, houve uma política insuficiente”.

Pode-se considerar que as discussões sobre meio ambiente possuem dois marcos históricos: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente realizada em Estocolmo, capital sueca e a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada na cidade do Rio de Janeiro.

Os resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente realizada em Estocolmo, em 1972¹, tiveram sua importância histórica através da:

1. Adoção da Declaração de Estocolmo;
2. Votação de um Plano de Ação para o Meio Ambiente;

¹ A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo (Suécia-1972), , teve por temática o desenvolvimento humano. Os países menos desenvolvidos posicionaram-se sobre a relação de controle de desenvolvimento "versus" controle de poluição, resultando na internacionalização da questão da proteção ao meio ambiente. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/meioambiente.html>>. Acesso em: 15 dez. 2006.

3. Resolução sobre aspectos financeiros e organizacionais no âmbito da ONU e;
4. Resolução que instituía um organismo especialmente dedicado ao Meio Ambiente (PNUMA – Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente).

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) também denominada de ECO-92 contou com a presença de 100 chefes de Estado e representantes de mais de 170 países, foi a maior conferência já realizada pelas Nações Unidas.

Além de corroborar com a preocupação acerca da preservação ambiental teve uma conotação de despertar as Nações para iniciativas eficazes e legais na implantação de um modelo de sustentabilidade mundial, uma vez que a devastação ambiental não tem fronteiras, atingindo tanto os países em desenvolvimento quanto os subdesenvolvidos. Ao mesmo tempo questionou-se o estilo de sustentabilidade vigente.

Nesta Conferência foram assinados acordos de extrema importância, dentre os quais:

1. As Convenções do Clima e da Biodiversidade,
2. A Agenda 21 (documento no qual foi estabelecido um acordo das nações na criação de um novo modelo de sustentabilidade ambiental),
3. A Declaração do Rio para Meio Ambiente e Desenvolvimento e,

4. A Declaração de Princípios para Florestas.

Várias foram as teorias e opiniões favoráveis e desfavoráveis emitidas sobre a ECO-92, podendo-se considerar que ocorreram avanços e frustrações. No entanto é importante legitimar que se pode visualizar esse feito, no período histórico, como parte de uma grande iniciativa na busca da sustentabilidade.

Não há como esperar, em curto prazo, um saldo positivo em meio a um tema tão complexo, pois os resultados serão visualizados ao longo do tempo. Cada ato assinado e cada decisão ratificada na ECO-92 terão uma repercussão demorada, mas nunca tardia. Segundo Schmidheiny, então Presidente do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável à época, seria melhor provocar a transformação do que sofrê-la.

Conforme Camargo (apud OLIVEIRA, 2002), o período pós ECO-92 apresentou um crescimento significativo no nível de informação e preocupação da sociedade brasileira para com as questões relativas à sustentabilidade. A percentagem de pessoas que acreditam que o meio ambiente deve ter prioridade sobre o desenvolvimento econômico evoluiu de 22% para 31%. Este número traduz a importância da conscientização dos efeitos da ação humana sobre o meio ambiente.

A idéia de que a preservação do meio ambiente resulta em prejuízos econômicos começou a ser desmistificada.

1.1 O Meio ambiente no Brasil

1.1.1 Estruturas de Poder do Brasil

Conforme OBSERVATÓRIO das Águas (2004) O Brasil é uma República Federativa formada pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Os Poderes da União estão divididos em três: Legislativo, Executivo e Judiciário.

Esta tripartição dos Poderes do Estado foi atribuída a Montesquieu com intuito de limitar o poder absoluto do Estado e estabelecer uma forma de controle e independência entre suas funções. Assim, o Legislativo passou a ser o ramo responsável por estabelecer as normas (leis). O Executivo tem a atribuição de governar, e o Judiciário de interpretar as Leis perante as controvérsias.

O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, composto por duas Casas: o Senado e a Câmara. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes da população e o Senado de representantes dos Estados e Distrito Federal.

Após a implantação do Plano Real, havia no Brasil uma necessidade de um equilíbrio em todos os setores econômico-sociais em busca de divulgar a imagem de um país estável, preocupado com os acontecimentos nacionais e internacionais, com o objetivo específico de captar recursos e investimentos no Brasil. Nesse

momento a agenda ambiental ganhou uma atenção especial no Programa do Governo Federal. (CAMARGO, 1992).

1.1.2 Marcos Legais

Em 31 de agosto de 1981 foi aprovada da Lei nº. 6938 a Lei de Política Nacional de Meio Ambiente. Segundo Fiori, Lara e Jardim (2006), essa lei transformou a visão sobre a temática ambiental nos empreendimentos brasileiros, orquestrando um processo fundamental para a evolução do país rumo ao Desenvolvimento sustentável.

Esta mesma publicação apresentou a visão do então líder do Partido Verde (PV), Deputado Federal Sarney Filho, afirmando que o grande mérito da Lei 6938/81, foi o de colocar de forma mais explícita, os problemas ambientais do Brasil. Ele cita que o texto da Lei deu origem a outras legislações semelhantes em estados e municípios das várias regiões do país, influenciando na elaboração do Capítulo do Meio Ambiente da Constituição de 1988:

O Poder estatal era então exercido por um presidente fardado, o general João Figueiredo, o último representante do regime militar imposto em 1964. Foi sob esse pano de fundo que o Brasil ganhou a primeira lei federal regida por uma visão mais ampla, e não meramente biológica, do meio ambiente.

Naquele período ocorreram manifestações sociais intensas, quais influenciaram na elaboração de um capítulo na Constituição Federal de 1988, no art. 225 onde se lê:

Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as futuras gerações". (CF88, p. X)

Dentre os acontecimentos relevantes a serem citados, há que se destacar a criação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) em 1989 foi uma resposta a repercussão do assassinato de Chico Mendes". (CAMARGO, 2002).

1.2 Meio Ambiente no Congresso Nacional

Conforme Gabeira (2003) Foram aprovadas leis de grande importância, dentre as quais:

- 1 Lei 9433/97 - que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação; o Estatuto das Cidades; o Sistema Nacional de Gerenciamento Recursos Hídricos;
- 2 Lei 9.605/98 – que versa sobre os Crimes Ambientais
- 3 CIDES – Comissão Interministerial para o Desenvolvimento Sustentável
- 4 UNEP, Tom Nebbia, Ecuador, Topham Picture Point. Foi aprovada também a Carta da Terra, onde o objetivo principal era o de sistematiza os projetos definidos na ECO-92, com os seguintes objetivos básicos:
 - a Respeitar e cuidar da comunidade de vida;

- b Integridade Ecológica;
- c Justiça Social e Econômica;
- d Democracia, Não-Violência e Paz;

Ainda são incipientes os resultados dessas leis na sustentabilidade. Segundo Camargo, as leis importantes e inovadoras não se manifestam na prática devido a conflitos políticos, carências de recursos para o financiamento da implantação das políticas públicas e pela debilidade das organizações governamentais responsáveis por sua aplicação.

Ainda de acordo com o mesmo relatório a falta de integração e coordenação dos órgãos do governo é outro grande entrave. Segundo Camargo (*op. cit.*), a vulnerabilidade do Estado reduziu, mas não anulou a importância de alguns avanços verificados no marco legal, especialmente na consolidação da descentralização política e da democracia participativa prevista na Constituição de 1988, em relação às quais o Brasil tem sido pioneiro. Ambas as práticas, quando conjugadas, permitem maior eficácia das ações, além da multiplicação das iniciativas estaduais e locais de proteção ambiental.

2 O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

2.1 A década de 70: a base do ambientalismo moderno

No início da década de 70 a preocupação maior era com a preservação da fauna e da flora silvestres, a poluição da água, a desertificação.

Em várias partes do mundo, movimentos organizados passaram a discutir os problemas para minimizar impactos ambientais negativos, inclusive os decorrentes de atividades econômicas, de modo especial, os originados nas industriais. Neste quadro a certeza dessas causas refletiam em ações antrópicas.

Em 1975, foi realizado, em Belgrado, um Seminário Internacional de Educação com a participação de vários países, resultando a Carta de Belgrado, sugerindo que qualquer ação de preservação ambiental deveria, primeiramente, passar por uma educação ambiental.

2.2 Desenvolvimento Sustentável – Origens e Filiações Ideológicas

Diversos autores são unânimes em apontar o começo da década de 70 e particularmente a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo (1972), como época em que aflorou mais fortemente o debate acerca da existência ou não de uma contradição entre a proteção do meio ambiente e o

crescimento econômico. Entre esses autores podemos citar, Fatheuer (1994), Menezes (1996).

Surge, contudo, na década de oitenta, a possibilidade de um neo-humanismo ecológico, que parte não da ética ambiental, própria do ecocentrismo, mas de uma ética social humana. Não se abandona a crença no progresso, mas defende-se a revisão de erros cometidos no passado para que um novo tipo de progresso, em outra direção, possa prevalecer. (Almino, 1993).

Segundo Francisco Menezes, também dentro da FAO (Organização das Nações Unidas voltada para a agricultura e a alimentação), diversas poderiam ser as definições de Desenvolvimento Sustentado.

O desenvolvimento sustentável consiste na ordenação e conservação da base de recursos naturais e na orientação da mudança tecnológica e institucional, de tal maneira que se assegure a contínua satisfação das necessidades humanas para as gerações presentes e futuras. Este desenvolvimento viável (nos setores agrícola, florestal e pesqueiro) conserva a terra, a água e os recursos genéticos vegetais e animais, não degrada o meio ambiente e é tecnicamente apropriado economicamente viável e socialmente aceitável. (FAO, 1994).

Em setembro de 2000, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu as Metas do Milênio (MDM), com seus 189 Estados membros, durante a Cúpula do Milênio em Nova York. O documento tem 08 objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que visam eliminar a extrema pobreza e a fome do planeta até o ano de 2015, através de políticas de saúde, saneamento, educação, habitação, promoção de igualdade de gênero, meio ambiente e sustentabilidade. Os oito objetivos são: erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/Aids, a malária e

outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

2.3 A Década de 80 e a definição de Desenvolvimento Sustentável

Inúmeros acontecimentos marcaram a década de 80 de uma maneira significativa, onde de forma incisiva o retrocesso foi inevitável.

- **1982** - A Assembléia Geral das Nações Unidas adota a Carta Mundial da Natureza.
- **1983** - A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), conhecida como Comissão Brundtland, produziu um relatório durante 03 anos relacionado ao meio ambiente e ao desenvolvimento. O relatório final definiu o desenvolvimento sustentável como sendo “o desenvolvimento que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade de gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. (CMMAD, 1987).
- **1985** - Acontece a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio.
- **1986** - Ocorre, em Chernobyl, na União Soviética, o pior desastre nuclear da história.

- **1989** - Ocorre a queda do Muro de Berlim. Construído em agosto de 1961, o muro materializou a divisão do mundo em dois blocos: Berlim ocidental e os aliados dos EUA e Berlim Oriental e os alinhados à antiga União Soviética. O muro provocou a morte de 80 pessoas e 112 ficaram feridas ao tentar atravessá-lo. Na abertura da fronteira, milhares de pessoas foram até ele e começaram a colocá-lo abaixo. Hoje existe a discussão sobre a reconstrução de alguns trechos do símbolo do fim da guerra fria. (MARQUES, 2006, p. 136-137).

Após 40 anos de uma corrida armamentista, denominada Guerra Fria - disputa pela supremacia mundial entre os Estados Unidos e a União Soviética, logo após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ocorreu na década de 80, pois com ideais políticos e econômicos totalmente diferenciados, os EUA e a URSS colocam o mundo sob a ameaça de uma guerra nuclear.

As reformas empreendidas na URSS por Mikhail Gorbachov desde 1985 entram num beco sem saída com a tentativa de golpe liderada pela linha-dura do Partido Comunista. A resistência de Bóris Yeltsin, o presidente reformista da Rússia, consegue abortar o golpe e Gorbachóv volta ao Kremlin, mas politicamente enfraquecido. Sem sustentação política, Gorbachóv renuncia em 25 de dezembro. É o fim do regime comunista fundado em 1917 e da União Soviética, criada em 1922. (MARQUES, 2006, p. 148).

2.4 A Década de 90 e a implementação do Desenvolvimento Sustentável

O início da década de 90 pode ser considerado malogrado, com a perda de milhares de vidas na Guerra do Golfo, em 1991, e um blecaute parcial em algumas áreas da região quando milhões de barris de petróleo foram propositadamente incendiados (BENNETT, 1995).

Segundo REBOLLO (2001), um exemplo significativo ocorreu em 1995, quando o Governo Federal, através de Ministérios e bancos oficiais brasileiros, firmaram o chamado Protocolo Verde, incorporando a variável ambiental na gestão e concessão de crédito oficial e de benefícios fiscais no sentido de buscar mecanismos que evitem a utilização destes benefícios em atividades que sejam prejudiciais ao meio ambiente.

De acordo com Ribeiro & Martins (1998), os recursos obtidos por meio deste programa exigem que a empresa elabore, previamente, uma EIA – Estudo de Impactos Ambientais e, periodicamente, um RIMA – Relatório de Impacto ao Meio Ambiente, fato que auxilia a empresa no seu auto-conhecimento, além de comprometê-la na melhoria do seu sistema operacional, tornando-o ambientalmente saudável.

Segundo o Deputado Federal Fernando Gabeira, a decisão de um estudo de impacto ambiental, a sua divulgação, publicação e a realização de várias audiências públicas, com a participação de associações de moradores, técnicos e ONG's colocam suas dúvidas e formalizam as críticas ao projeto em debate, um

processo simples trás resultados positivos, pois as empresas são condicionadas a apresentar o EIA, como forma de dar continuidade ao processo (TRIGUEIRO, 2003).

O Deputado relata ainda que no Congresso Nacional não existem apenas leis protegendo o meio ambiente, mas também leis contrárias. O trabalho no parlamento, além da votação das Leis, implica viagens, apuração de danos ambientais.

Gabeira adiciona que “a partir da ECO-92, nosso papel começou a mudar, e hoje estamos entre os mais avançados, a julgar pela performance na Conferência RIO+10, realizada em Joanesburgo. Do ponto de vista ambiental, não só as riquezas genéticas ou os recursos hídricos fazem do Brasil um país especial. Hoje nossa opinião também conta.”

A ECO-92 adotou o conceito de Desenvolvimento Sustentável e inovou, propondo a Agenda 21. Este documento reúne o conjunto mais amplo de premissas e recomendações sobre como as Nações devem agir para alterar seu vetor de desenvolvimento em favor de modelos sustentáveis e a iniciarem seus programas de sustentabilidade.

2.5 A Gestão Ambiental viabilizando o Desenvolvimento Sustentável

Houve um crescimento considerável no Brasil da área industrial, acrescido de um aumento populacional 2,7 vezes entre 1950 e 1970. Esse incremento populacional causou uma grande degradação ambiental, principalmente nas áreas industrializadas, como: Cubatão/SP, Volta Redonda/RJ e nas grandes metrópoles brasileiras.

Em 30/10/73 foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA). A partir de 1975 diversos Órgãos Ambientais foram criados no Brasil. Através da Resolução CONAMA 001 de 28/02/86, os estudos sobre o impacto ambiental passaram a ser uma exigência legal para instalação de unidades industriais.

É notória a preocupação das empresas e da sociedade com a preservação ambiental.

Empresas na divulgação de seus produtos têm sentido a necessidade de informar à sociedade a qualidade do mesmo, mas principalmente o cuidado quando da produção e preservação ambiental. Torna-se uma grande conquista o comprador saber da interação da empresa com o meio ambiente.

Nessa nova visão as ações que resultam em poluição passaram a ser vistas como ações irregulares.

Nos EUA, os consumidores verdes representam 37% da população, enquanto em países europeus, como Suíça, Alemanha e Inglaterra, já são 50%. Na Inglaterra, dois de cada cinco cidadãos vão ao supermercado com uma lista de produtos verdes à mão. As estratégias de marketing adotadas pela empresas estão sendo moldadas visando a melhoria da imagem, por meio da criação de novos produtos 'verdes' e de ações voltadas para a proteção ambiental CAMPOS (APUD Souza, 1993).

Uma nova consciência surgiu nas empresas na busca de uma adequação industrial pautada nas regras de preservação ao meio ambiente e sustentabilidade empresarial. Novas funções ligadas ao meio ambiente surgiram na administração das empresas. Dentre estas funções podemos ressaltar a de auditor ambiental (que tem como uma de suas funções, fiscalizar os programas de controle ambiental; verificar se a atuação da empresa está de acordo com as normas vigentes e auxilia nos possíveis problemas ambientais), guias turísticos especializados, advogados, engenheiros ambientais e florestais, consultores ambientais, sociólogos, entre outros.

Diante deste quadro, pode-se visualizar um novo modelo de mercado, de gerenciamento, na busca de uma produção sustentável. Tem-se assim, a necessidade de preservação aliada à exigência em atender a um público cada dia mais crítico e seletivo. É o processo ecologicamente viável.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

A área de estudo deste trabalho é o cenário territorial do Brasil, com suas dimensões continentais e de diversidade cultural tão rica e admirada pelos demais povos. Esse cenário certamente está representado de diferentes maneiras no conjunto da sociedade, por seus cidadãos.

Uma das representações mais importantes que temos é o Congresso Nacional, pois é nessa instituição que os rumos do país são tomados, as diretrizes que irão alterar a vida da população passa pelos gabinetes e pelo plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A documentação analisada foi tomada por inúmeras consultas ao acervo do congresso e nada mais é do que o registro histórico das propostas apresentadas pelos congressistas.

Após a coleta das propostas, tendo como palavra-chave Meio Ambiente, houve a tabulação dos dados por ano de apresentação, por partido e por unidade da federação de origem do parlamentar que apresentou.

Após a tabulação os dados foram transpostos para uma base cartográfica do território brasileiro (em meio digital), com a finalidade de espacialização das informações por unidade da federação.

Esses procedimentos possibilitam a compreensão da dinâmica representativa dos diferentes setores do cenário social e político no contexto territorial brasileiro.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados são apresentados em forma de gráficos e mapas e possuem uma breve discussão a respeito dos dados representados. Nessa etapa, são apresentados os resultados mais significativos, dado o grande volume de informações coletadas.

Os projetos de meio ambiente apresentados nos últimos 14 anos no Brasil passaram pelo mandato de quatro governos. Em 1992, depois da renúncia do presidente Fernando Collor de Mello, assume em 2 de outubro, o vice Itamar Franco do pequeno PRN. Em 1995, Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, é eleito o novo presidente do Brasil, sendo reeleito em 1999. Em 2003, o País passa a ser governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) com Luiz Inácio Lula da Silva eleito presidente.

Nesse período, 731 projetos sobre o meio ambiente foram elaborados pelos deputados federais e passaram pela Câmara sendo que nem todos foram aprovados e alguns aguardam aprovação. A **figura 1** apresenta uma classificação de propostas por Unidades da Federação.

De acordo com o levantamento, estão na linha de frente com o maior número de projetos os partidos de maior representação na câmara dos Deputados no período analisado. O PMDB é o primeiro da lista com 151 projetos, seguido do PT com 133, do PFL com 112 e do PSDB com 92 projetos. Em seguida vem do o PDT com 45, o PTB apresentou 36 e o PL protocolou 32 projetos de meio ambiente. Os outros 10 partidos com cadeira na Câmara somaram juntos nesses 14 anos, 130

projetos ambientais. Destaque para o PSOL, partido recém-nascido sem nenhum projeto apresentado. O PRB, PRONA, PSC e o PDC foram os que menos interferiram em questões ambientais, apresentando respectivamente 1, 2, 3 e 6 projetos em todo o período, conforme **figura 2** e **gráfico 1**.

Outro dado relevante para se observar é que há uma oscilação no número de projetos apresentados de 1999 até 2006 (**gráfico 2**). Não seguindo uma regra específica houve um aumento considerável de projetos em 2003, no governo Lula.

Nos dois últimos anos do primeiro mandato do governo FHC o número de projetos permaneceu estável com 32 projetos em 1997 e 37 em 1998. Em 1999, início da segunda gestão do presidente Fernando Henrique, foram apresentados 69 projetos. Nos dois anos seguintes esse número não oscilou, ficando em 2000, 63 projetos e em 2001, 64 propostas apresentadas. No último ano do governo do PSDB o número de projetos ambientais caiu drasticamente para 31.

Número de Projetos por Unidade da Federação

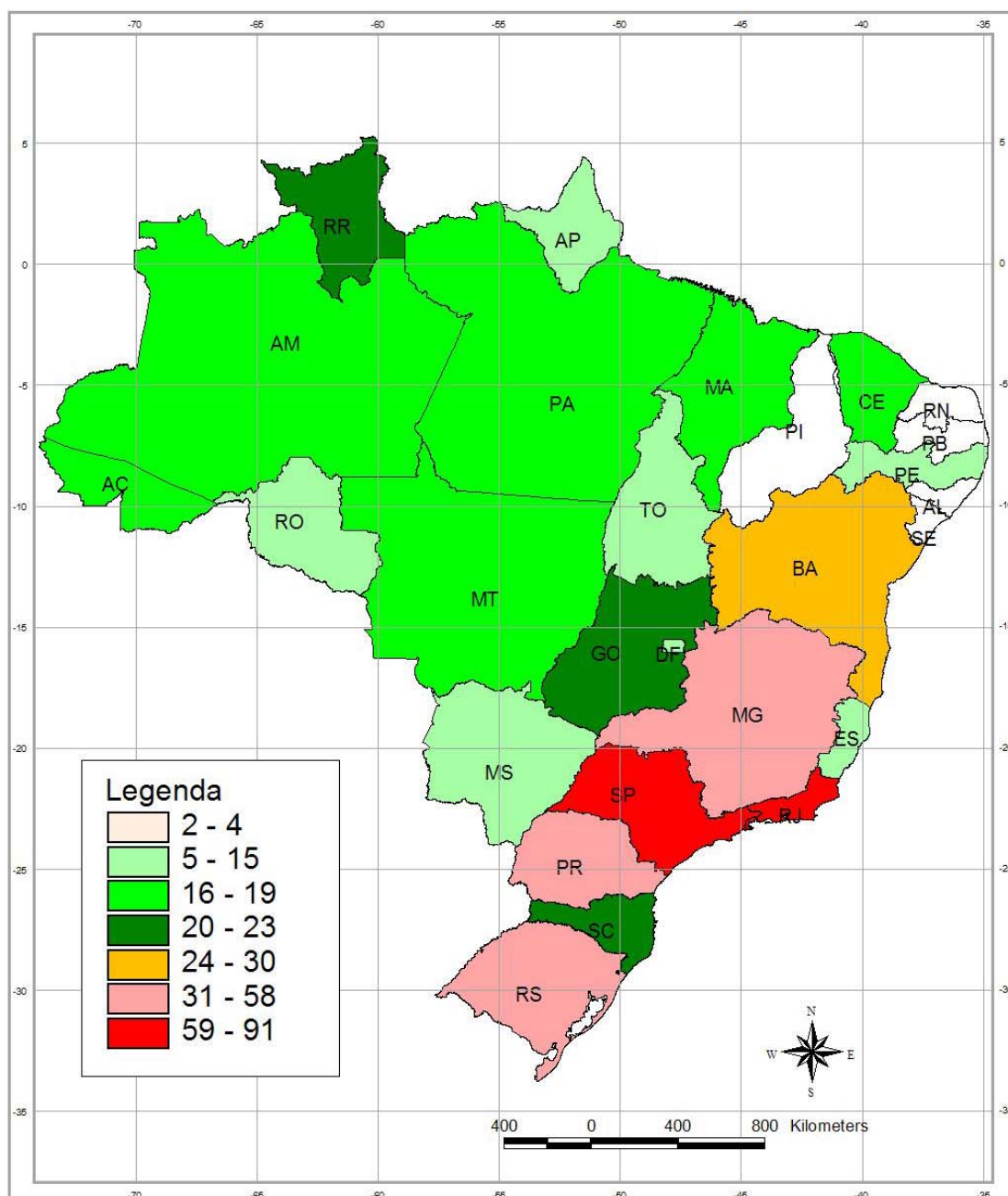


Figura 1- Distribuição de projetos por UF – Período 1992 a 2006.

Elaboração: Valdir A. Steinke e Virginia Rabelo

Número de Projetos por Unidade da Federação

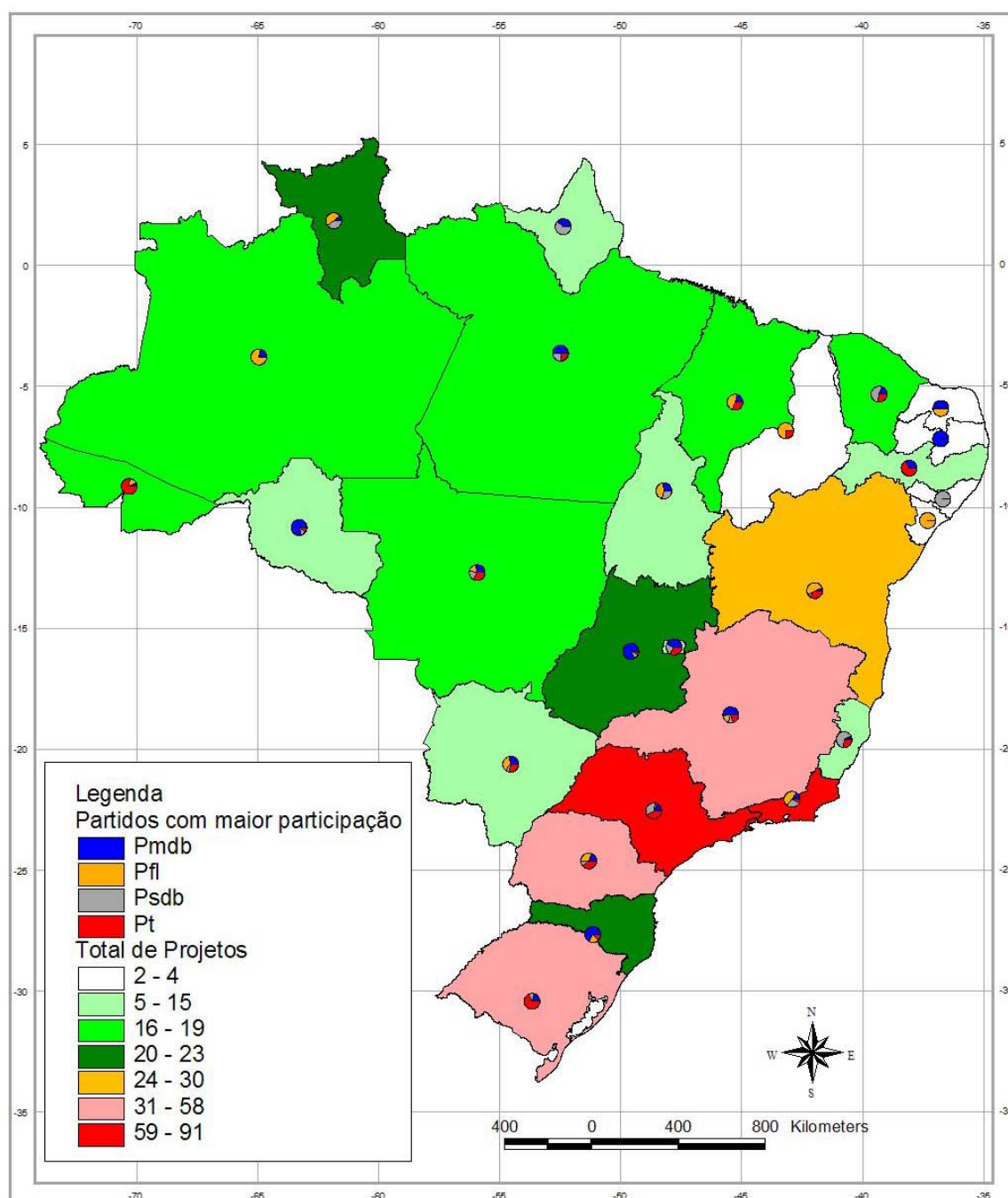


Figura 2- Distribuição de projetos por UF e por partidos políticos com maior número de propostas – Período 1992 a 2006. Elaboração: Valdir A. Steinke e Virginia Rabelo

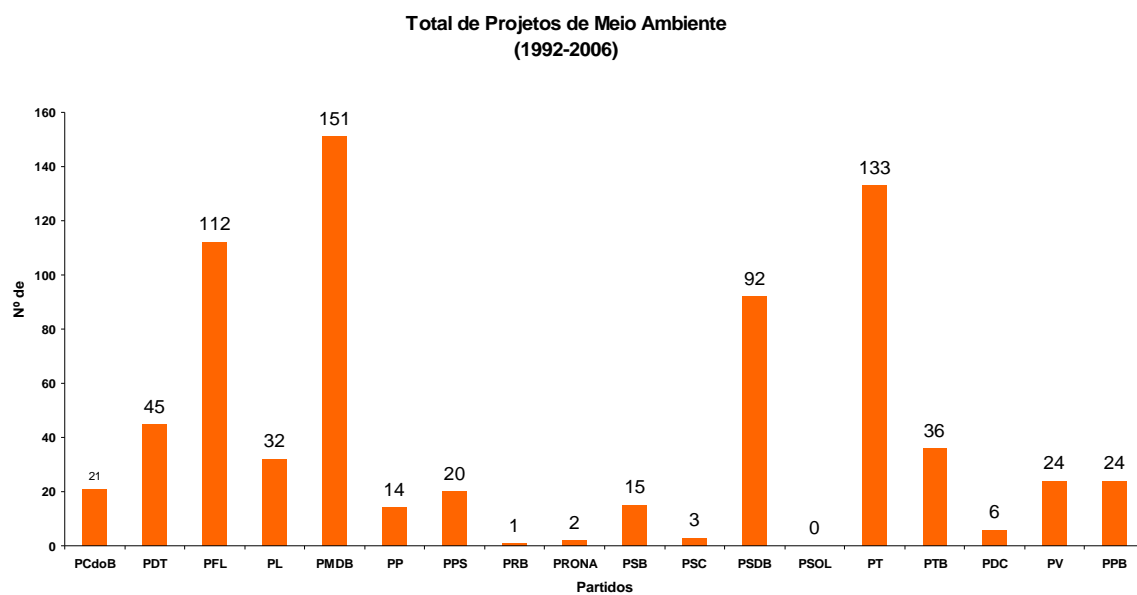


Gráfico 1- Total de Projeto de Meio Ambiente apresentados de 1992 a 2006. Fonte: CEDI – Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados

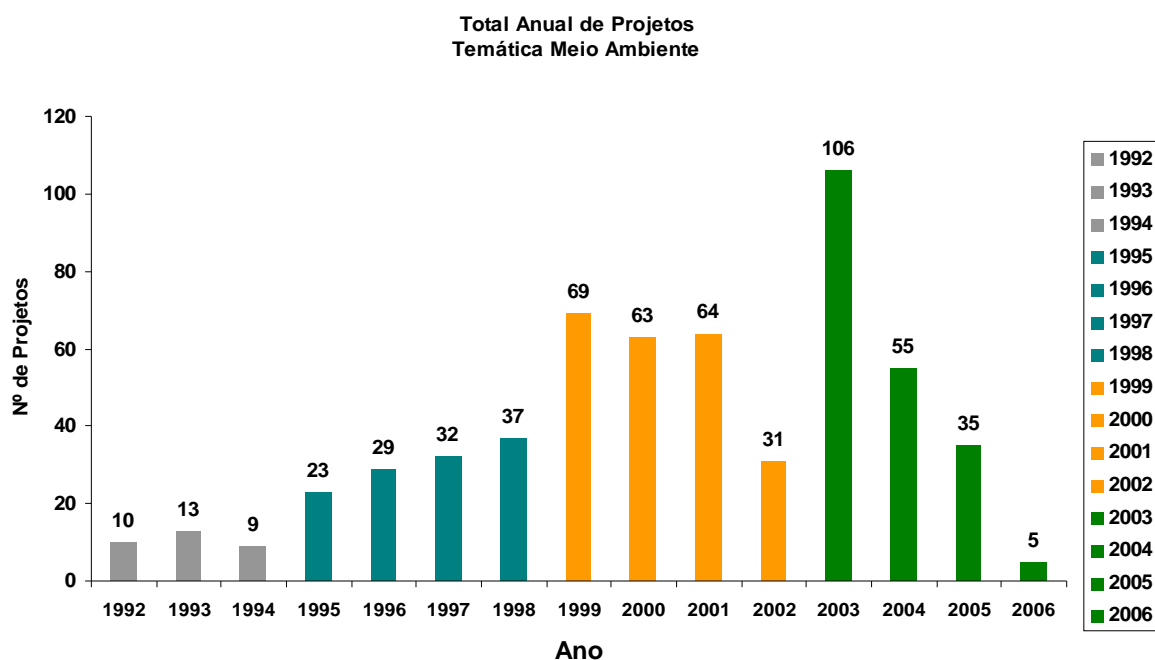


Gráfico 2- Evolução do quantitativo de projetos apresentados 1992 - 2006. Fonte: CEDI – Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados

A pesquisa aponta que o primeiro ano do governo Lula foi o mais produtivo em termos de projetos na área ambiental: Foram 106 propostas apresentadas ao executivo para sanção do Presidente da República. Mas a perspectiva não se confirmou nos anos anteriores. Em 2004 o número caiu para 55 projetos e em 2005 estagnou em 35.

De acordo com os dados percebe-se uma constância em um número pequeno de projetos nos últimos anos de governo dos presidentes. Ao deixar o cargo para o oponente e por estar em um ano conturbado pelo processo eleitoral, a Casa não se manifestou com novas propostas na área ambiental. Tanto no último ano de FHC em 2002 quanto no término do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foram apresentados números reduzidos de projetos, sendo 35 no primeiro e 31 no segundo.

De 1997 a 2002, o PSDB, partido do presidente em exercício, apresentou 33 projetos ambientais. No mesmo período o PT, do atual governo, apresentou 58 novas propostas de projetos na área ambiental.

De 2003 a 2005, durante a gestão do PT, o PSDB apresentou 29 projetos e o Partido dos Trabalhadores, 34. Dado que comprova que houve uma redução no número de projetos de ambos os partidos nos três primeiros anos do governo Lula.

Na última gestão FHC, de 1999 a 2003 a Câmara recebeu 227 projetos ambientais. Nos três primeiros anos da gestão Lula, foram 196 projetos. Conclui-se que a projeção se manteve estável com praticamente o mesmo número de projetos nos dois governos.

No levantamento do número de projetos por Unidade da Federação os estados que ficaram na frente com o maior número de projetos foram São Paulo e Rio de Janeiro com 59 a 91 projetos apresentados. Em São Paulo o PT foi o partido mais atuante e no Rio, deputados federais do PFL levaram o maior número de projetos à Câmara.

Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais vêm em seguida com 31 a 58 projetos na área ambiental apresentados nos estados. Os partidos que mais apresentaram projetos foram o PT no RS, no PR dividem a mesma proporção o PT e o PFL e em MG o PMDB lidera o número o ranking.

A Bahia vem em terceiro lugar com 24 a 30 projetos com deputados do PFL liderando o número de propostas apresentadas. Depois vem Santa Catarina, Goiás e Roraima com 20 a 23 projetos. Mata Grosso, Acre, Amazonas, Pará, Manaus e Ceará seguem com 16 a 19 projetos. Mato Grosso do Sul, Rondônia,

Tocantins, Espírito Santo, Pernambuco, Amapá e o Distrito Federal têm de 5 a 15 projetos. E os estados que menos apresentaram projetos ambientais foram Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe, com 2 a 4 projetos.

Os dados apurados mostram uma concentração maior de projetos de Meio Ambiente nas regiões Sul, Sudeste e na Bahia, que tem uma parcela considerável de projetos em relação aos outros estados (o Estado apresentou mais projetos que os estados do Norte e do Nordeste).

O Rio de Janeiro foi o estado que mais apresentou projetos com 71 propostas levadas à Câmara Federal. São Paulo vem em seguida com 65 projetos.

CONCLUSÃO

A ausência de políticas de conscientização ecológica, onde as informações mais primárias sejam direcionadas às crianças desde a educação infantil, aliado à complexidade do tema e a resistência da variável ambiental por diversos setores que visam em primeira instância os seus interesses, concluímos que o caminho para a sustentabilidade será escarpado.

A sustentabilidade do desenvolvimento nacional é um problema de enfrentamento do paradoxo global/local que anima o mundo contemporâneo. O fato grave em toda essa história é que cada vez mais se fala em proteção do meio ambiente. Em volta dessa estrutura social estão governos, políticas, cidadãos, ONG's, entidades e uma infinidade de ideologias contra a destruição da natureza.

A formação da civilização na terra afeta diretamente o ecossistema do globo e acarreta mudanças comportamentais em todo o cenário ambiental, seja ela na temperatura, na flora, na fauna, na hidrografia. Há uma disparidade no ar, ao mesmo tempo em que se protege a natureza com leis, projetos, campanhas, a recíproca não é verdadeira, devido a uma negligência das multinacionais.

O cidadão do século XXI não tem essa consciência formada. Os órgãos públicos criados para combater o crime ambiental, de certa forma, são uma afronta ao que de princípio deveria ser naturalmente respeitado. Mas é de se concordar que se nada é feito para alertar e prevenir a destruição em massa daquilo dos recursos naturais básicos para a sobrevivência, o cenário poderia ser pior.

Chega a ser caricato falar em proteger a nossa própria subsistência. É curioso que, em plena era tecnológica o ser humano não compreenda essa necessidade básica e, que para se proteger, tenha um arsenal de siglas e convenções a fim de promulgar a liberdade e a preservação do meio ambiente.

Sem dúvida são louváveis as reuniões dos poderes competentes para que se defenda a natureza. As discussões se acenderam pós-RIO-92, seguida da Rio+10 (eventos de grande importância voltados para a política ecológica, tidos com objeto desse estudo). Estas conferências com líderes de todo o mundo produziram importantes acordos. Além disso, cabe observar que é significativo o número de projetos voltados para a preservação do meio ambiente.

Conforme o objetivo inicial do trabalho, a idéia da pesquisa foi verificar como se comportaram os parlamentares com relação a projetos propostos na Câmara Federal. 713 novos projetos abordaram questões ambientais em diversos níveis e temas.

Pela gravidade do problema se torna necessário não somente a consolidação desses projetos, como também representantes em órgãos inerentes à causa ecológica como nas próprias Comissões Parlamentares no Congresso Nacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F.V.R. Monitoramento Ambiental e Economia Ticuna In: MAGALHÃES. A C. (Org.) *Sociedades Indígenas e Transformações Ambientais*. Belém: UFPA, 1993, p. 79-111.

ALMINO, João. *Naturezas Mortas: A filosofia política do ecologismo* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. Coleção Relações Internacionais, n.17, 2003.

ANDRADE, R. O. B. de; CARVALHO, T. T.; de; BARREIOS, . *Gestão Ambiental– Enfoque Estratégico Aplicado ao Desenvolvimento Sustentável*. - São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002.

BENNET, M.(1995). *The gulf War*. Disponível em <http://www.soton.ac.uk/~engenvir/environment/water/oil.gulf.war.htm>. Acesso em: 15 ago. 2006.

CAMARGO, Aspásia et al. *Meio Ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio*. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental; Fundação Getúlio Vargas, 2002.

CAMPOS, Lucila M. de S. ; *UM ESTUDO PARA DEFINIÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DOS CUSTOS DA QUALIDADE AMBIENTAL* . Disponível em: <http://www.eps.ufsc.br/disserta96/campos/index/index.htm#SUMÁRIO>. Acesso em 15 jul. 2006

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil DE 1988 .18. ed. Com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n. 1, de 1992, a 43, de 2004, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n. 1 a 6, de 1994. - 23. ed. - Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

CEDI – Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados

FATHEUER, Thomas W. *Novos caminhos para a Amazônia? O Programa Piloto do G-7: Amazônia no contexto internacional*. Rio de Janeiro: FASE/SACTES, 1994.

FIORI, Ana Maria; LARA, Graça; JARDIM, Simone Silva. 25 anos – a lei que implantou nossa política ambiental atinge a maturidade. *Revista Ambiente Legal*; nº 2, jan/fev/mar 2006.

NEBBIA, Tom. United Nations as a focal point for enviromental action and coordination within 2002. Disponível em: <<http://www.unep.org>> Acesso em: 15 dez. 2006.

MARQUES, Carlos José. Uma trajetória de jornalismo. *Revista Isto É* Edição de Aniversário – 25 de outubro de 2006. nº 1931, p. 136-137.

MENEZES, F. A F. *Segurança Alimentar e Sustentabilidade: complementariedades e conflitos*. Dissertação (Mestrado) – Rio de Janeiro, UFRJ, 1996.

OBASI, G.O.P. A Agenda CNUMAD. In: Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1992. – **Discurso** do Professor G.O.P. Obasi. Secretário General da Organização Meteorológica Mundial (Genebra, Suíça). Conferência das Nações Unidas para o meio ambiente e o Desenvolvimento – ECO/92. Rio de Janeiro, 1992.

REBOLLO, Mario Guilherme. A contabilidade como instrumento de controle e proteção do meio ambiente. *Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul*, nº 104, 2001.

RIBEIRO, Maisa de Souza; MARTINS, Eliseu. Ações das empresas para a preservação do meio ambiente. Boletim nº 415 da ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas, 1998

STRONG, Maurice. Discurso na Conferência das Nações Unidas para o meio ambiente e o Desenvolvimento – ECO/92. Rio de Janeiro, 1992.

SOUZA, Maria Tereza Saraiva de *Rumo à prática empresarial sustentável*. **RAE**, São Paulo, v. 4, n. 33, jul/ago, p. 40-52, 1993.

TRIGUEIRO, André. *Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento/coordenação*. Rio de Janeiro, Sextante, 2003.

